

# Interculturalidade, identidade e decolonialidade: desafios políticos e educacionais<sup>1</sup>

## *Interculturality, identity and decoloniality: political and educational challenges*

Reinaldo Matias Fleuri\*

\* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professor titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/CNPq, FC/CAPES).  
E-mail: rfleuri@gmail.com

### Resumo

A conceituação de interculturalidade tem sido importante para a implementação de políticas educacionais. Entretanto constitui um campo complexo de debate entre múltiplas perspectivas que não podem ser reduzidas a um esquema universal. Nesse contexto, as lutas por justiça social e por construção de uma sociedade plural, democrática, requerem a compreensão dos fundamentos epistemológicos da sociedade moderno-colonial, bem como a problematização dos processos de subalternização e racialização inerentes à constituição do sistema-mundo atual. Estudos recentes, referenciados neste artigo, problematizam o modelo político de Estado-Nação e estudam suas implicações na vida e nas políticas dos povos indígenas na América Latina, considerando que o reconhecimento dos povos originários como sujeitos de sua história implica rever criticamente o imaginário produzido no processo colonizatório sustentado pelas culturas hegemônicas globalizadas. A desconstrução da matriz colonial do poder implica desarmar o dispositivo de “raça”, que vem sendo historicamente acionado para a distribuição, dominação e exploração da população mundial no contexto capitalista-global do trabalho. E, do ponto de vista do saber, torna-se necessária uma ressignificação epistemológica do conhecimento, que desconstrua o pressuposto moderno colonial da “universalidade” das “ciências” e considere as complexidades e as ambivalências produzidas no encontro entre os diferentes saberes e culturas.

### Palavras-chave

Interculturalidade. Decolonialidade. Indígenas.

### Abstract

The concept of interculturalism has been important for the educational policies. However, it is a complex field of debate among multiple perspectives that can not be reduced to a universal scheme. In this context, the struggles for social justice and and building a pluralistic and democratic society requires an understanding of the epistemological foundations of modern-colonial society, as well

---

<sup>1</sup> Neste artigo apresentamos parte dos resultados da pesquisa em rede desenvolvida no âmbito do projeto integrado de Pesquisa: “Educação intercultural: decolonializar o saber e o poder, o ser e o viver”, com financiamento do CNPq no período de 2010 -2014.

as the questioning of the processes of racialization and subordination inherent to the current world system. Recent studies, referenced in this article, problematize the Nation-State political model and study its implications in life and politics of indigenous peoples in Latin America. The recognition of indigenous peoples as subjects of their stories implies critically review the imagery produced the colonization process supported by globalized hegemonic cultures. The deconstruction of the colonial matrix of power implies disarm the device of “race”, which has been historically triggered for distribution, domination and exploitation of the world’s population in the capitalist global context. And from the standpoint of knowledge, it is necessary an epistemological reframing of knowledge that deconstructs the modern colonial assumption of “universality” of “science” and consider the complexities and ambivalences produced in the encounter between different cultures and knowledges.

### **Key words**

Interculturalism. Decoloniality. Indigenous.

### **Interculturalidade: conceito em debate (Introdução)**

A conceituação de interculturalidade ou de multiculturalismo tem sido de grande importância para a elaboração e implementação de políticas educacionais, orientando o desenvolvimento de propostas curriculares e de formação de professores. Neste sentido, Mohamed Ayaz Naseem (2012, p. 23-36), pesquisador de origem paquistanesa na Universidade de Concórdia (Montreal, CA), em seu artigo “Perspectivas conceituais sobre o multiculturalismo e a educação multicultural: uma investigação do campo”, investiga, a partir do contexto canadense, perspectivas conceituais com as quais os docentes e profissionais engajados em pesquisa educacional buscam entender as dinâmicas das políticas de multiculturalismo. Essas perspectivas incluem, dentre outras, concepções de multiculturalismo conservador, multiculturalismo liberal e liberal de esquerda, multiculturalismo crítico, educação antirracista e educação antiopressão.

Ayaz Naseem considera que essas perspectivas não representam a totalidade das possibilidades conceituais utilizadas pelos docentes e profissionais da área. Também não são concepções monolíticas e/ou consensuais, uma vez que cada uma dessas tendências teóricas se constituem com base em intensos debates.

A diversidade de propostas e perspectivas interculturais impede-nos de produzir esquemas “simplificatórios” eficazes. Mas, por isso mesmo, torna o debate particularmente aberto e criativo. Para além da polissemia terminológica, teórica e política relativa ao multiculturalismo, interculturalismo, transculturalismo, constitui-se um campo de debate que se torna paradigmático justamente por sua complexidade: a sua riqueza consiste justamente na multiplicidade de perspectivas que interagem e que não podem ser reduzidas por um único código e um único esquema a ser proposto como modelo transferível universalmente.

Entretanto, a perspectiva conceitual fundamental em torno da qual se situam as questões e as reflexões

emergentes neste campo é a da possibilidade de se respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos.

Marie McAndrew e coautoras (2012, p. 37-52), ligadas ao Centro de Estudos Étnicos das Universidades Montrealenses (CEETUM), no artigo “A formação inicial do profissional escolar sobre a diversidade etnocultural, religiosa e linguística nas universidades quebequenses: um primeiro balanço” - estudam concepções de interculturalidade que se configuram no contexto educacional canadense e que orientam a formação de educadores, através do diagnóstico que elaboraram do estado atual da formação inicial de futuros professores relativa à diversidade etnocultural, religiosa e linguística nas universidades quebequenses. O estudo mostra que, mesmo se esse campo tem conhecido uma expansão significativa nas licenciaturas nos últimos dez anos, tanto no plano de oferta de curso, quanto nas inovações pedagógicas, esse desenvolvimento ocorreu principalmente de maneira improvisada. Verifica-se uma diversidade e ambiguidade de ancoragem conceitual e a ausência de exigências e de orientações ministeriais claras quanto à sua legitimidade e aos objetivos que deveria buscar.

Entretanto, a análise crítica das diferentes concepções, assim como das políticas e práticas educacionais que configuram o complexo campo da inter-

multiculturalidade, na opinião de Adeela Arshad-Ayaz (2012, p. 53-60), professora paquistanesa na Universidade de Concórdia (Montreal, CA), em seu estudo “Multiculturalismo transnacional: um modelo para a compreensão da diversidade” - aponta para a necessidade de reconceitualizar e redefinir a educação multicultural de acordo com as necessidades do mundo globalizado e interconectado do século XXI. Com efeito, o modelo atual de educação multicultural predominante no contexto canadense é ineficiente e tem tido impacto limitado devido ao fato de que os educadores e as educadoras estão enredados em uma estrutura com falhas de construção, a qual é focada essencialmente na cultura em um contexto nacional e ofusca os aspectos de justiça social em âmbito planetário.

No Brasil, a expressão “diversidade cultural” tem sido usada como multiculturalismo, principalmente pelo poder público, revelando distintas proposições. Maria Conceição Coppete et al. – professora na Universidade do Estado de Santa Catarina e doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina – em seu artigo “Educação para a diversidade numa perspectiva intercultural” (2012, p. 231-262) destaca o conceito de diversidade no campo normativo, passando pelas Ciências Sociais e alcançando sua dimensão cultural. Apresenta o conceito de educação intercultural e suas implicações na prática pedagógica. Dentro dessa abordagem, culturas diferentes são entendidas como contextos complexos

e a relação entre elas produz confrontos entre visões de mundo diferentes. Essa educação favorece a construção de um projeto comum, mediante o qual é possível integrar dialeticamente as diferenças. Sua orientação está focada na construção de uma sociedade plural, democrática e eminentemente humana, capaz de articular políticas de igualdade com políticas de identidade.

A luta por justiça social, indicada por Arshad-Ayaz (2012), bem como por construir sociedade plural, democrática, apontada por Coppete et al. (2012), requerem a redefinição dos sentidos da interculturalidade, comentados por Ayaz Naseem (2012) e McAndrew (2012), interpelando a uma compreensão dos fundamentos epistemológicos da sociedade moderno-colonial que caracteriza a nossa história de povos subalternizados.

Nesse contexto, Catherine Walsh (2012, p. 61-74), pesquisadora na universidade equatoriana Simon Bolívar, em seu estudo “Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas”, enfatiza que a multiplicidade de sentidos da interculturalidade no atual contexto inter-transnacional resulta, por um lado, das lutas dos movimentos sociais-políticos-ancestrais e de suas demandas de reconhecimento, de direitos e de transformação social. Por outro lado, a importância da interculturalidade no mundo contemporâneo está ligada às configurações globais de poder, do capital e do mercado. A autora defende a perspectiva de interculturalidade que se configura como projeto político, social,

epistêmico e ético de transformação e decolonialidade. Tal concepção se distingue dos sentidos e usos que se faz da interculturalidade numa perspectiva funcional ao sistema dominante. Argumenta, usando como exemplo o caso do Equador, que a interculturalidade somente terá significação, impacto e valor quando assumida de maneira crítica, como ação, projeto e processo que procura intervir na reestruturação e reordenamento dos fundamentos sociais que racializam, inferiorizam e desumanizam, ou seja, na própria matriz da colonialidade do poder, tão presente no mundo atual.

A interculturalidade crítica aponta, pois, para um projeto necessariamente decolonial. Pretende entender e enfrentar a matriz colonial do poder, que articulou historicamente a ideia de “raça” como instrumento de classificação e controle social com o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), que se iniciou como parte da constituição histórica da América.

### **Interculturalidade: o desafio da colonialidade**

Diferentemente do colonialismo – que diz respeito à dominação política e econômica de um povo sobre outro em qualquer parte do mundo – a colonialidade indica o padrão de relações que emerge no contexto da colonização europeia nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente. A colonialidade atravessa

praticamente todos os aspectos da vida e se configura, segundo Walsh, a partir de quatro eixos entrelaçados.

O primeiro eixo – a colonialidade do poder – refere-se ao estabelecimento de um sistema de classificação social baseado na categoria de “raça”, como critério fundamental para a distribuição, dominação e exploração da população mundial no contexto capitalista-global do trabalho. O segundo eixo é a colonialidade do saber: a suposição de que a Europa se constitua como centro de produção do conhecimento descarta a viabilidade de outras racionalidades epistêmicas e de outros conhecimentos que não sejam os dos homens brancos europeus ou europeizados, induzindo a subalternizar as lógicas desenvolvidas historicamente por comunidades ancestrais. O terceiro eixo, a colonialidade do ser, é o que se exerce por meio da subalternização e desumanização dos sujeitos colonizados, na medida em que o valor humano e as faculdades cognitivas dessas pessoas são desacreditados pela sua cor e pelas suas raízes ancestrais. O quarto eixo é o da colonialidade da natureza e da própria vida. Com base na divisão binária natureza/sociedade se nega a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais, descartando o mágico-espiritual-social que dá sustentação aos sistemas integrais de vida e de conhecimento dos povos ancestrais. Desacreditar essa relação holística com a natureza, tecida pelos povos ancestrais, é a condição que torna possível desconsiderar os modos de ser,

de conhecer e de se organizar desses povos e, assim, subalternizá-los e sustentar a matriz racista que constitui a diferença colonial na modernidade.

As relações entre povos diferentes vêm, pois, se constituindo historicamente no ocidente numa perspectiva colonial, ou seja, como amplos movimentos de dominação econômico-política e subalternização sociocultural. No último milênio, as sociedades europeias lideraram amplos processos de distribuição, dominação e exploração da população mundial. A contradição colonial se configura por processos imperialistas em que o superdesenvolvimento dos países do “Norte” traz consequências econômicas e políticas, culturais e ambientais que agravam as vulnerabilidades dos povos do “Sul”. Esse paradoxo é analisado por Paul Carr e Gina Thesée (2012, p. 75-90) – “Lo intercultural, el ambiente y la democracia: Buscando la justicia social y la justicia ecológica” - ao problematizar a concepção de “desenvolvimento sustentável”, que evita questionar o modelo hegemônico de desenvolvimento. O autor e a autora consideram que as finalidades imperialistas deste modelo subalterniza as culturas que domina, invalidando os saberes de que são portadoras. Nesse contexto – tal como indicado acima por Arshad-Ayaz - propõem contra-hegemonicamente um encontro entre as culturas em que se conjugam a justiça social e a justiça ambiental, numa perspectiva de democracia mais ampla, participativa e funcional para o conjunto da humanidade.

Nessa direção – tal como Catherine Walsh enfatiza – construir criticamente a interculturalidade requer transgredir e desmontar a matriz colonial presente no capitalismo e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver, que apontem para a possibilidade de conviver numa nova ordem e lógica que partam da complementaridade e das parcialidades sociais. Interculturalidade deve ser assumida como ação deliberada, constante, contínua e até insurgente, entrelaçada e encaminhada com a do decolonializar.

### **Interculturalidade e justiça: o Estado-Nação em cheque**

As lutas por se reconfigurar relações de justiça sociocultural e ambiental são sustentadas por processos de resistência dos povos e grupos socioculturais colonizados. Essas lutas vêm colocando em questão o próprio estatuto da forma atualmente hegemônica de organização política do Estado-Nação.

Nessa linha de pensamento e ação sociopolítica, José Marín (2010, p. 287-322), em seu artigo “Perú: Estado-Nación y sociedad multicultural. Perspectiva actual”, busca entender histórica e culturalmente o modelo político de Estado-Nação e sua aplicação na América Latina. Focaliza particularmente o caso do Peru, considerando as suas repercussões: Como assumir a realidade multicultural de nossas sociedades, em diferentes domínios, como a educação, bem como a gestão da rica biodiversidade e da

complexa diversidade cultural? Esta é a pergunta que o autor busca responder a partir da perspectiva intercultural. Ao colocar em discussão a visão monocultural das políticas do Estado-Nação, o autor defende a necessidade de promover a refundação de outro modelo de Estado, capaz de assumir a realidade ecológica, social, política e cultural do mundo contemporâneo.

Tal perspectiva problematiza as concepções e as políticas de interculturalidade que vêm sendo formuladas e implementadas por diferentes Estados-Nações, na medida em que representam as cosmovisões e os interesses de grupos socioculturais e étnicos que, identificados como uma única nação, subalternizam os grupos constituídos por culturas e animados por projetos sociopolíticos diferenciados. Questionam-se as políticas interculturais que entendem a diversidade cultural na busca de incluir, subjugando, os grupos étnicos historicamente colonizados.

Para problematizar os sentidos das políticas interculturais dos Estados-Nações, os estudos de Boris Ramírez Guzmán trazem significativas contribuições teóricas. Em seu artigo “Interculturalidade em questão: análise crítica a partir do caso da Educação Intercultural Bilíngue no Chile” (GUZMÁN, 2012, p. 87-118), em que apresenta resultados de sua pesquisa de mestrado defendida na Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil), o autor pondera que, durante as últimas duas décadas, o conceito de interculturalidade ganhou destaque no

cenário das políticas públicas no Chile. Por um lado, os povos indígenas que convivem nessa nação, têm buscado obter reconhecimento jurídico e preservar sua autonomia. O Estado, por outro lado, tem investido em políticas voltadas para a inclusão dessa população na estrutura societária do país. Nesse contexto, o autor faz uma leitura crítica do entendimento de interculturalidade sustentado pelo Estado Chileno. Procura avaliar os deslocamentos epistemológicos e discursivos que o Estado realiza ao engendrar a Educação Intercultural para indígenas, enquadrando-a no contexto social contemporâneo do Chile. Enfim, este artigo traz uma contribuição para a discussão crítica das bases teórico-jurídicas em que se estabelecem os projetos oficiais de Interculturalidade e Educação no Chile.

O conflito entre os povos ancestrais originários e o Estado construído desde a perspectiva colonial é também estudado no contexto do cone sul-americano, pelos antropólogos Raúl Díaz e Jorgelina Villarreal, integrantes do Centro de Educação Popular e Intercultural (CEPINT) e pesquisadores da Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Nacional de Comahue, Patagônia, Argentina. Em seu artigo “Teoría y práctica intercultural: políticas públicas y estrategias interculturales originarias para una articulación con identidad” (DÍAZ; VILLARREAL, 2010, p. 189-210), o autor e a autora consideram que os vínculos entre os povos originários com os Estados nacionais, bem como com os governos provinciais, seguem caminhos opostos dentro de

um sistema judicial imposto, estranho e complicado. Povos autóctones são desalojados por processos de apropriação irregular das terras e de negação de seus direitos fundamentais. Não obstante, os povos indígenas procuram se inserir positivamente no sistema político, judicial, legislativo, cultural e social do Estado, tentando conviver e manter suas identidades como povos originários. Para isso, buscam o fortalecimento de suas identidades e de suas propriedades pela autogestão, assim como por práticas de relações interculturais. Por exemplo, assumem o manejo ambiental de Parques Nacionais, promovem a instalação de bairros interculturais para os setores indígenas e populares urbanos, desenvolvem políticas educativas próprias e interculturais na cidade e no campo, assim como a articulação com outros movimentos sociais. O autor e a autora indicam a necessidade de se repensar o conceito de interculturalidade do ponto de vista “originário” e “comunitário”, de modo a destituí-la da manipulação folclórica que não modifica a sua subalternidade. Também revisam conceitos (e práticas), tais como patrimônio, cultura, identidade, em vistas de uma sociedade democrática e intercultural.

Nessa linha de estudos, Jorge Gasché Sues (2010, p. 279-305), pesquisador do Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana (Peru), analisa as contradições entre os valores sociais da floresta (da população indígena e mestiça rural amazônica) e os valores econômicos e sociais neoliberais inspiradores

e mobilizadores da política estatal peruana, em seu artigo, “La ignorancia reina, la estupidez domina y la conchudez aprovecha. Engorde neo-liberal y dieta bosquesina” (GASCHÉ SUESS, 2010, p. 279-305). De modo particular, focaliza a raiz do conflito violento que opôs, em julho de 2009, indígenas peruanos Awajún y Huampis do Alto Maranhão às forças policiais durante a repressão de uma ação de protesto na região de Bagua. A população indígena denunciava a permanência de um ambiente de violência latente e reagia à política extrativista (petroleira e mineira) do Governo na Amazônia. O autor aponta os valores sociais da floresta implícitos no comportamento pessoal cotidiano das comunidades amazônicas. Evidencia os valores sociais neoliberais tal como se manifestam nos escritos do Presidente da República do Peru, em suas decisões políticas tomadas mediante Decretos Supremos, assim como em um vídeo produzido por um economista que critica as bases socioeconômicas da floresta, particularmente a propriedade coletiva da terra. O autor, desse modo, relativiza e denuncia o otimismo fanático e o positivismo estreito dos defensores da ideologia neoliberal dominante. Enuncia uma série de problemas sociais causados pela aplicação irrestrita da doutrina neoliberal nos países do Norte e que devem incitar os políticos neoliberais à moderação e a um esforço de compreensão da alteridade e da especificidade da cultura da floresta, ou seja, à construção de um modelo de sociedade baseado em valo-

res sociais diferentes dos da sociedade dominante.

A contradição entre os processos de subalternização dos povos ancestrais latino-americanos e sua histórica luta emancipatória é estudada por Edgar Esquit (2010, p. 252-266), pesquisador no Instituto de Estudios Interétnicos, Universidad de San Carlos de Guatemala, em seu artigo “Nociones Kaqchikel sobre la opresión y la lucha política en Guatemala, siglo XX”. O autor discute a construção de conceitos pelos indígenas Kaqchikel, em sua vida cotidiana e na luta política, no campo de poder guatemalteco, no século XX. Defende que na história da formação nacional desse país os Maias em geral e os Kaqchikel em particular se posicionaram politicamente para consolidar noções e prática que os ajudaram a definir a subalternidade e as lutas pela emancipação. Esses conceitos, evidentemente, foram construídos nas relações complexas que os Kaqchikel ou os Maias tiveram com o Estado autoritário, as elites econômicas, os camponeses e os outros grupos étnicos. Ao mesmo tempo, os conceitos foram modelados no contato dos indígenas com o liberalismo, a economia nacional e mundial, assim como com organizações políticas e religiosas. Finalmente, o autor se posiciona em relação à formação histórica colonial e neocolonial sobre a qual se baseou a formação do Estado e da nação guatemalteca, ressaltando as formas em que os Maias definiram seu lugar e sua luta no contexto da formação nacional e estatal guatemalteca.

Esses estudos, desenvolvidos em diferentes contextos nacionais latino-americanos, evidenciam uma concepção crítica de interculturalidade emergente da insurreição étnica dos povos ancestrais, que foram historicamente colonizados e subalternizados no processo de constituição dos Estados-Nações. Por um lado, esse processo histórico configurou a independência dos territórios americanos em relação às suas metrópoles coloniais. Mas, por outro lado, manteve a subalternização e invisibilidade política e cultural dos povos autóctones, na medida em que os Estados se constituíram com base no pressuposto racista do reconhecimento de apenas uma identidade nacional, que incorpora os interesses das elites coloniais em manter o controle e a concentração do poder econômico-político capitalista.

### **Interculturalidade e políticas educacionais indígenas**

As políticas de interculturalidade do Estado-Nação vêm apresentando instigantes questões também do ponto de vista educacional.

Os novos desafios que a interculturalidade vem pondo aos docentes são analisados por Nicanor Rebolledo, professor de Antropologia na Universidade Pedagógica Nacional (México). Em seu texto “La interculturalidad: nuevos desafíos para los docentes” (REBOLLEDO, 2012, p. 23-48), aborda alguns ângulos do debate no México sobre a definição do conceito de educação intercultural e

da implementação de alguns programas inovadores de educação baseados nesse enfoque. Sua análise das experiências pedagógicas e práticas interculturais dos professores é baseada em dados de campo coletados em escolas públicas, localizadas em bairros pobres da Cidade do México, onde há uma mistura entre pobreza e etnicidades. São escolas que tentam realizar ações afirmativas, incorporando estudantes indígenas para ensinar novos valores de convivência na escola. Contudo, os professores enfrentam dificuldades para alcançar as metas educacionais.

Do ponto de vista da etnicidade, esses estudos indicam que estudantes indígenas incluídos nas escolas (como as do México) desafiam os educadores a ensinar novos valores de convivência na escola e a problematizar os entendimentos a respeito da convivência entre diferentes culturas nos contextos social e educacional.

No contexto brasileiro, Telmo Marcon (2010, p. 97-118) – pós-doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina e professor do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo – em seu artigo “Educação indígena diferenciada, bilíngue e intercultural no contexto das políticas de ações afirmativas”, discute as perspectivas da educação indígena no contexto das políticas de ações afirmativas e da recente legislação brasileira que trata da educação indígena. Constata que as mudanças ocorridas nos últimos anos nas políticas de educação reco-

nhecem formalmente a diversidade e a pluralidade étnico-cultural da sociedade brasileira. Em relação aos indígenas, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, dão passos importantes na formulação de princípios gerais visando a uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural. Mas o autor questiona em que medida e em que sentidos a legislação relativa à educação intercultural indígena foi construída em diálogo com os diferentes grupos socioculturais.

As dificuldades de se estabelecer um diálogo crítico entre os diferentes sujeitos socioculturais na definição das políticas educacionais resultam da falta de reconhecimento identitário dos povos indígenas, que são tidos como estrangeiros nas terras de seus próprios ancestrais. Uma reflexão sobre essa questão é apresentada por Valdo Barcelos e Sandra Maders (2012, p. 119-142), pesquisadores da Universidade Federal de Santa Maria, no artigo “Habitantes de Pindorama – de nativos a estrangeiros”. O autor e a autora estudam os processos culturais que levaram os nativos dessa terra de Pindorama (índios brasileiros) a se sentirem estrangeiros em suas próprias terras. O autor e a autora mostram que a questão do ser “estrangeiro” não se reduz a uma dimensão geográfica, tal como se pensava até recentemente. Hoje, com a facilidade de acesso às informações, pela internet ou pelos meios de transporte, as fronteiras geográficas facilmente podem ser superadas. Com isso, o sentido do termo “estrangeiro”

tem mudado. Constatase que o “ser estrangeiro” tem mais a ver com o modo de ser, de sentir-se, do que com aspectos territoriais e com um determinado local.

As estruturas de sentimentos que configuram a subalternização e marginalização das culturas e dos povos originários resultam de processos de colonização, cujos efeitos socioculturais precisam ser reconhecidos e enfrentados criticamente. Zayda Sierra, Sabine Sinigú e Alexandra Henao (2010, p. 219-252) – pesquisadoras do Grupo Diverser, da Universidade de Antioquia, Medellín, Colômbia – em seu artigo “Acortando la distancia entre la escuela y la comunidad Experiencia de construcción de un currículo intercultural en la Institución Educativa Karmata Rúa del Resguardo Indígena de Cristianía, Colombia”, consideram que a própria história da escolarização - que arrebatou os filhos das famílias dos setores pobres e grupos étnicos subalternos sob o pretexto de prepará-los para melhorar suas condições de vida – tem produzido mais obstáculos do que oportunidades para as comunidades mais vulneráveis da sociedade. Na verdade, a escolarização dos grupos socioculturais pobres e subalternos contribuiu para a discriminação social, ao priorizar apenas a formação das habilidades necessárias para um trabalho assalariado e mal remunerado. Inclusive, as escolas frequentadas por alunos de baixa renda também são as mais carentes de recursos sociais, físicos e humanos.

O problema tem sido ainda mais dramático em contextos indígenas em

que a escola foi instituída numa perspectiva colonizadora e doutrinária, em clara oposição a práticas culturais ancestrais, contribuindo, assim, para a destruição da coesão social na família e na comunidade. Hoje, nas comunidades indígenas, a gestão de suas escolas foi entregue as autoridades e a professores indígenas. Mas essas comunidades enfrentam as consequências históricas e sociais da colonização. Nesse artigo, Zayda Sierra e coautoras estudam o potencial da escola para contribuir para os processos organizacionais de uma comunidade indígena. Identificam as enormes dificuldades para reconstruir processos de participação ativa e de autonomia, decorrentes tanto de pressões externas (sociedade majoritária, sistema de ensino formal) quanto de conflitos internos. É doloroso reconhecer criticamente esses problemas internos que os povos autóctones hoje enfrentam, mas é um passo necessário para adquirirem força e conseguirem lidar com as diversas pressões que afetam a vida dos povos indígenas.

### **Interculturalidade: reconsiderar as identidades “indígenas”**

Reconhecer e interagir com os povos originários como sujeitos de sua história, implica se rever criticamente o imaginário produzido no processo colonizatório e sustentado pela cultura hegemônica. A literatura tem sido um poderoso dispositivo de construção da imagem social dos povos colonizados como “indígenas”. Nesse sentido, o

artigo de Leandro Belinaso Guimarães e Maria Lucia Wortmann (2010, p. 306-318), “Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem: ensinando modos de ver” discorre sobre os modos como a floresta Amazônica foi produzida no início do século XX pela literatura de viagem de Euclides da Cunha. O artigo debruça-se, sobretudo, sobre o conjunto de motivações da viagem euclidiana à floresta. Argumenta que naquela época se instituiu a necessidade de inscrever a floresta Amazônica no mundo como um ambiente desencantado, caótico, bárbaro e selvagem. Era preciso apagar, ou passar a limpo, uma literatura de viagem do século XIX que marcara a floresta como um lugar idílico, tranquilo e encantado. Dessa forma, aponta uma descontinuidade entre a literatura de viagem do século XIX (sobretudo aquela que sofrera fortes contaminações românticas da “estética do sublime”) e a literatura sobre a Amazônia de Euclides da Cunha, que inaugura os modos diferentes de se ver a floresta e os povos que nela vivem. Os textos de Euclides da Cunha sobre a Amazônia são vistos no artigo como pedagógicos, por nos ensinarem como, no início do século XX, a floresta foi configurada e como os sujeitos que lá viviam foram constituídos e posicionados, por exemplo, relativamente à raça. Com inspiração nos estudos culturais que assumem perspectivas pós-modernas, o autor e autora buscam entender as significações atribuídas à floresta e, também, aos processos que posicionam de modos específicos os sujeitos que nela habitam,

como resultantes de configurações tecidas na história e na cultura, indicando que foram constituídos e posicionados relativamente à raça.

Tal perspectiva implica desconstruir a lógica da colonialidade, que tem configurado as relações com os povos ancestrais na América Latina. Assumindo esse intento, Valéria Aparecida Calderoni e Adir Casaro Nascimento (2012, p. 303-318) – em seu artigo “Saberes tradicionais indígenas, saberes ocidentais: suas intersecções na educação escolar indígena” – desenvolvem uma reflexão sobre a relação da lógica da colonialidade com a legitimação dos conhecimentos tradicionais nas escolas indígenas das aldeias. Abordam os desafios postos à educação escolar indígena quanto à negociação e à tradução entre os saberes tradicionais e os saberes ocidentais. Aponta para a importância de uma revisão do pensamento colonial, em especial a necessidade de uma ressignificação epistemológica sobre os conhecimentos legitimados. Questionam a crença de que basta formalizar a educação escolar indígena. Defendem a importância, numa perspectiva intercultural crítica, de se considerar as complexidades e as ambivalências produzidas no encontro com os diferentes saberes intrínsecos ao processo educativo.

A consideração da complexidade dos saberes ancestrais dos povos indígenas constitui-se como uma necessidade importante para promover o empoderamento desses povos historicamente subalternizados. Claudio Luiz Orço e Rei-

naldo Matias Fleuri (2010, p. 335-347), em seu artigo “O processo educativo: cultura e identidade indígenas” discutem a questão de “Como a escola pode contribuir no processo de revitalização da cultura e da identidade indígena caingangue na educação básica?” A pesquisa, desenvolvida junto à Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkrê, município de Ipuacu, SC, buscou aprofundar a compreensão do papel da escola tendo em vista uma atuação pedagógica transformadora, que contribua para a revitalização da cultura e da identidade indígena caingangue e a preservação dos seus valores e de sua identidade. Observam que as discussões mais intensas acerca da educação indígena ficam por conta de alguns professores, mesmo que o projeto pedagógico da unidade escolar tenha uma grande preocupação para com o processo de revitalização da cultura e identidade indígena. Porém, nem todos os professores estão suficientemente preparados para desempenhar tal função. Mesmo assim, é possível desenvolver um trabalho numa perspectiva histórico-cultural crítica que atenda aos interesses e anseios da escola e da comunidade caingangue. Isso só é possível com a organização de um trabalho coletivo e com a corresponsabilidade dos envolvidos no processo educativo.

Para além dos saberes e das práticas formalizadas pela prática escolar, a educação dos povos ancestrais se configura principalmente em práticas socioculturais, tais como as “técnicas corporais”. Esse entendimento é ilus-

trado pelo trabalho de Eliton Clayton Rufino Seára (2012, p. 319-334) no artigo “Movimento em diálogo: Técnicas corporais dos Guarani da aldeia de M’Biguaçu”. Mediante a convivência por sete meses na aldeia M’Biguaçu, localizada na grande Florianópolis, SC, Brasil, o autor observou como os Guarani interagem com os elementos de sua cultura tradicional tendo o corpo como o lugar primeiro dessa relação. Nesse sentido, descreve e discute elementos culturais como as pinturas, brincadeiras e os jogos tradicionais da aldeia, estabelecendo um movimento dialógico de compreensão de tais elementos com outras referências culturais Guarani.

O estudo da importância das práticas corporais na constituição da identidade dos povos originários em Santa Catarina é também desenvolvido, do ponto de vista da apropriação pelos Laklãnõ/Xokleng de uma prática cultural corporal exógena (o futebol), por Antonio Luis Fermino (2012, p. 335-354) em seu artigo “O jogo de futebol e o jogo das relações entre os Laklãnõ/Xokleng”. O autor verifica uma mudança de *habitus* entre os Laklãnõ/Xokleng, que teve início a partir do primeiro contato com a sociedade não indígena, ou seja, com os conflitos entre os colonizadores os povos indígenas. Impelidos a “sair do mato”, os povos indígenas adotaram práticas culturais ambivalentes. O futebol, por exemplo, ao promover a “ocidentalização” dos povos indígenas, simultaneamente cria uma mediação sociocultural para interagir com os não indígenas. Ainda,

ao mesmo tempo em que a dinâmica da aldeia é alterada, favorecendo o sedentarismo, a prática desportiva promove o movimento físico e se configura como um dos campos de mediação e interação com a sociedade brasileira.

Sob o mesmo enfoque de estudo da identidade étnica dos Xokleng/Laklãnõ em Santa Catarina, Cátia Weber (2010, p. 253-274), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, em seu artigo “Escolarização, ensino superior e identidade étnica: a experiência das professoras Xokleng/Laklãnõ”, estudou as implicações dos processos de formação universitária de mulheres Xokleng/Laklãnõ para a formação identitária dessa importante etnia que vive no Estado de Santa Catarina, Brasil.

### **Interculturalidade e decolonialidade na prática educativa**

No contexto da sociedade globalizada, diferentes movimentos sociais buscam desconstruir os dispositivos de sujeição, mediante o desenvolvimento de processos de articulação em rede. O encontro radicalmente democrático entre sujeitos e grupos diferentes implica o desenvolvimento da escuta do outro, aliada a uma capacidade de autocrítica. Mais do que uma atitude de comiseração e solidariedade para com o outro, a interculturalidade implica uma revisão radical das perspectivas socioculturais, políticas e epistemológicas que mobilizam a interagir com o outro.

Nessa perspectiva, Rosanna Cima (2012, p. 103-114), em seu artigo “Redesenhar os mapas do encontro: qual trabalho de cura com os migrantes”, analisa sua experiência de pedagoga e pesquisadora ao desenvolver o trabalho em âmbito social e psicopedagógico com os migrantes no Norte da Itália. Pelo exercício da reflexão e da escuta, pela disponibilidade à formação e reelaboração contínua no processo de cooperação com os parceiros, é possível reconhecer o olhar com que observamos os outros homens e as outras mulheres que vêm de longe. Desse modo, podemos compreender melhor o que é preciso mudar do nosso trabalho e descobrir inusitados pontos de vista sobre o trabalho educativo, social e clínico com as pessoas e as famílias migrantes.

Na primeira etapa de seu processo de pesquisa, Rosanna Cima deu-se conta de que as formas das dificuldades das famílias migrantes, mulheres e homens, refletem inevitavelmente o olhar e os sistemas de atribuição de sentido próprios de quem os observa. A partir da reflexão sobre o próprio trabalho, os pesquisadores e as pesquisadoras se deram conta das posições, por vezes obsoletas e coloniais, que assumem ao entrar em contato com os outros.

Cada profissional, normalmente, acredita estar preparado para acolher o outro. Talvez seja por isso que o choque cultural tem sempre a característica do imprevisível e de algo que se parece com um embate. A impossibilidade de conhecer radicalmente o outro produz como

que um curto-circuito, uma espécie de desnorreamento no modo de pensar de quem com ele interage. Mas a desorientação pode ser um terreno fértil de se promover a necessidade e o desejo de parar, de voltar a ouvir, de voltar a olhar os próprios passos, de retomar os próprios confins e as próprias interrogações.

Com esse entendimento, desde outro ponto de vista, Clara de Freitas Figueiredo – em seu artigo elaborado junto com Reinaldo Matias Fleuri (2010, p. 157-166) “‘Entrelugares’ identificados numa experiência de intercâmbio universitário na Itália” – reflete sobre sua experiência de estágio de intercâmbio acadêmico, quando estudante de pedagogia, na Universidade de Roma 3 e com um movimento de educadores e educadoras italianos, o Movimento de Cooperação Educativa. A autora e o autor analisam o caráter multidimensional e complexo de experiências educativas realizadas na interação entre sujeitos e movimentos sociais de identidades culturais diferentes, de modo a colaborar para a elaboração de referenciais teórico-metodológicos para a Educação Intercultural. A atuação no “entrelugar” entre duas ou mais culturas, particularmente em processos migratórios, permitiu identificar a diferença de enfoque da educação intercultural, entre os países do norte e do sul. Nessa dupla perspectiva, buscaram entender a eminente importância da educação intercultural como mediadora das relações dos imigrantes com os autóctones, bem como a importância da utilização de processos de trocas interculturais para a

desestereotipização, a descolonização e (des)subalternização cultural.

### **Educação intercultural: decolonializar o poder e o saber (Conclusão)**

A desconstrução da matriz colonial do *poder* implica desarmar o dispositivo de “raça”, que vem sendo historicamente acionado para a distribuição, dominação e exploração da população mundial no contexto capitalista-global do trabalho. Diferentes movimentos sociais, que se articulam rizomaticamente no mundo atual, vêm desenvolvendo estratégias decoloniais. A rebelião dos povos ancestrais colonizados, particularmente na América Latina, questiona o pressuposto racista e o caráter monocultural dos Estados-nacionais. Denuncia a violência latente e a ideologia neoliberal dominante que favorecem a manutenção do controle e da concentração do poder econômico-político nas mãos dos setores capitalistas hegemônicos. Os povos originários reconhecem criticamente os processos de subalternização a que foram submetidos historicamente e assumem as lutas por fortalecer suas identidades e auto-gerenciar seus territórios. Grupos étnicos subalternizados se mobilizam na busca por reconstruir relações de justiça e equidade entre os diferentes grupos socioculturais na gestão da vida e do meio ambiente, colocando em discussão as bases teórico-jurídicas dos projetos estatais nacionais de interculturalidade.

O ponto de vista crítico da interculturalidade evidencia, portanto, a

necessidade de se desenvolver novas perspectivas de poder, que desconstruam a lógica do mercado e da hegemonia capitalista e visem à construção de relações democráticas participativas, fundadas na justiça social e coerentes com os interesses do conjunto da humanidade e com a autonomia de cada grupo sociocultural.

As políticas educacionais recentes, de fato, reconhecem formalmente a diversidade cultural e promovem políticas de educação bilíngue e intercultural. Mas essas políticas têm sido construídas sem o diálogo com os grupos socioculturais interessados. A cidadania dos povos indígenas é pouco reconhecida. Os “indígenas”, identificados como “selvagens” (seja vistos como pacíficos, seja como bárbaros), são ainda percebidos como “estrangeiros” no território nacional. Os processos socioculturais e educacionais coloniais invalidaram suas culturas ancestrais minando sua coesão social e gerando de conflitos internos que fragilizam sua capacidade de resistência às pressões da sociedade hegemônica.

Do ponto de vista do *saber*, verifica-se que as significações racistas atribuídas aos povos originários condicionam a interação intercultural entre os saberes tradicionais e os saberes ocidentais. Torna-se, pois, necessária uma ressignificação epistemológica do conhecimento, que desconstrua o pressuposto moderno colonial da “universalidade” das “ciências” e considere as complexidades e as ambivalências produzidas no encontro entre os diferentes saberes e culturas.

As práticas educacionais, particularmente as escolares, são interpeladas na perspectiva decolonial do saber a contribuir no processo de revitalização das culturas e das identidades dos povos originários. As pesquisas mostram que, na busca de recuperar as práticas culturais tradicionais e de se apropriar criticamente de práticas culturais ocidentais, os povos originários tentam, em interação com os outros grupos socioculturais, compreender os múltiplos significados, por vezes paradoxais, das mediações interculturais com as sociedades em que vivem e traçar suas estratégias interculturais.

Os confrontos interculturais, que se ampliam e se acirram com a intensi-

ficação da migração e da mobilidade internacional no contexto da globalização do mundo contemporâneo, desafiam cada grupo a refletir e a assumir os próprios limites e limiares na relação intercultural com o outros. Isto implica decolonializar os paradigmas de conhecimento constituídos pela modernidade. O pensamento fronteiriço, com efeito, coloca em cheque o ideário moderno de uma cultura única e universal. A emergência de múltiplos paradigmas desafia os diferentes sujeitos socioculturais ao reconhecimento recíproco e à solidariedade entre diferentes formas de ser-sentir-pensar-agir nas relações sociais e ambientais.

## Referências

ARSHAD-AYAZ, Adeela. Multiculturalismo transnacional: um modelo para a compreensão da diversidade. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 53-60, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

AYAZ NASEEM, Mohamed. Perspectivas conceituais sobre o multiculturalismo e a educação multicultural: uma investigação do campo. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 23-36, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

BARCELOS, Valdo; MADERS, Sandra. Habitantes de Pindorama – de nativos a estrangeiros. *Revista Pedagógica*, Chapecó, SC, v. 1, n. 28, p. 119-142, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/issue/current/showToc>>

CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira; NASCIMENTO, Adir Casaro. Saberes tradicionais indígenas, saberes ocidentais, suas intersecções na educação escolar indígena. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 303-318, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

CARR, Paul R.; THÉSÉE, Gina. Lo intercultural, el ambiente y la democracia: buscando la justicia social y la justicia ecológica. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 75-90, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

CIMA, Rosanna. Redesenhar os mapas do encontro: trabalho de cuidado com os migrantes. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 103-114, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

COPPETE, Maria Conceição; FLEURI, Reinaldo Matias; STOLTZ, Tania. Educação para a diversidade numa perspectiva intercultural. *Revista Pedagógica*, Chapecó, SC, v. 1, n. 28, p. 231-262, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/issue/current/showToc>>.

DÍAZ, Raúl; VILLARREAL, Jorgelina. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, RS, v. 17, n. 2, p. 189-210, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/273/showToc>>.

ESQUIT, Edgard. Nociones Kaqchikel sobre la opresión y la lucha política en Guatemala, siglo XX. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, RS, v. 17, n. 2, p. 252-266, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/273/showToc>>.

FERMINO, Antonio Luis. O jogo de futebol e o jogo das relações entre os Laklãñõ/ Xokleng. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 335-354, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

FIGUEIREDO, Clara de Freitas; FLEURI, Reinaldo Matias. “Entrelugares” identificados numa experiência de intercâmbio universitário na Itália. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 13, n. 1, p. 157-166, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/issue/view/48>>.

GASCHÉ SUESS, Jorge. La ignorancia reina, la estupidez domina y la conchudez aprovecha. Engorde neo-liberal y dieta bosquesina. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, RS, v. 17, n. 2, p. 279-305, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/273/showToc>>.

GUIMARÃES, Luis Belinaso; WORTMAN, M. L. Passando a limpo a Amazônia através da literatura de viagem: ensinando modos de ver. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, RS, v. 17, n. 2, p. 306-318, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/273/showToc>>.

GUZMÁN, Boris Ramírez. Interculturalidade em questão: análise crítica a partir do caso da Educação Intercultural Bilíngue no Chile. *Revista Pedagógica*, Chapecó, SC, v. 1, n. 28, p. 87-118, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/issue/current/showToc>>.

MARCON, Telmo. Educação indígena diferenciada, bilíngue e intercultural no contexto das políticas de ações afirmativas. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 13, n. 1, p. 97-118, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/issue/view/48>>.

MARÍN, José. Perú: Estado-Nación y sociedad multicultural. Perspectiva actual. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 13, n. 2, p. 287-322, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/issue/view/60>>.

McANDREW, Marie; BORRI-ANADON, Corina; LAROCHELLE-AUDET, Julie; POTVIN, Maryse. A formação inicial do profissional escolar sobre a diversidade etnocultural, religiosa e linguística nas universidades quebequenses: um primeiro balanço. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 37-52, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

ORÇO, L. C.; FLEURI, R. M. O processo educativo: cultura e identidade indígenas. *Revista Espaço Pedagógico*, Passo Fundo, RS, v. 17, n. 2, p. 335-347, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/273/showToc>>.

REBOLLEDO, Nicanor. La interculturalidad: nuevos desafios para los docentes. *Revista Pedagógica*, Chapecó, SC, v. 1, n. 28, p. 23-48, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/issue/current/showToc>>.

SEÁRA, Elyton Clayton Rufino. Movimento em diálogo: técnicas corporais dos Guarani da aldeia de M'Biguaçu. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 319-334, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

SIERRA, Zayda; SINIGUÍ, Sabinee; HENAO, Alexandra. Acortando la distancia entre la escuela y la comunidad Experiencia de construcción de un currículo intercultural en la Institución Educativa Karmata Rúa del Resguardo Indígena de Cristianía, Colombia. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 13, n. 1, p. 219-252, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/issue/view/48>>.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. *Revista Visão Global*, Joaçaba, SC, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/index>>.

WEBER, Cátia. *Tornar-se Professora Xokleng/Laklãnõ: escolarização, Ensino Superior e identidade étnica*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

**Recebido em agosto de 2013**

**Aprovado para publicação em fevereiro de 2014**